



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROC. TRT7 Nº 2.526/2013**

**1. UNIDADE REQUISITANTE:** Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOF)

**2. OBJETO:** Contratação, pelo regime de empreitada por preço global, de obras de Deslocamento Vertical dos Equipamentos de Ar Condicionado – *Chillers* do 5º Andar do Edifício Anexo II, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª região situado a Rua Vicente Leite, Nº 1281 – Aldeota – Fortaleza / CE. Com detalhamento constante no Anexo I deste Termo.

**2.1 JUSTIFICATIVA DO REQUISITANTE:** Em visita técnica ao 5º Andar do Anexo II do Edifício Sede do TRT 7ª Região, com a finalidade de analisar a cronicidade dos vazamentos que ocorrem na parte inferior desta laje e, que comprometem o uso das instalações do Auditório e das Salas de Aulas da Escola Judicial do TRT no 4º Andar do mesmo Anexo, verificamos que o sistema de ar condicionado existente, que atende todo o Anexo II, foi concebido usando um fluxo contínuo de ar resfriado, através do sistema de água gelada produzida por três Unidades de Água Gelada - *Chillers*. O primeiro equipamento atende do 6º ao 12º Pavimento e trabalha com termoacumulação. Os outros dois *Chillers* atendem conjuntamente do Térreo ao 4º Andar. Esses equipamentos foram colocados sobre a laje do 5º Andar, sem a prévia autorização do engenheiro calculista, autor do projeto de concreto armado deste prédio. As vibrações causadas pelas máquinas, sem o prévio dimensionamento da laje para receber essa carga adicional, tem causado fissuras nesse pavimento. Na tentativa de corrigir o problema, esse espaço já foi impermeabilizado sucessivamente ao longo dos anos, criando camadas sobrepostas, que perfazem uma espessa camada, superior a 25cm de cimentado e de mantas asfálticas, que atualmente agravam a sobrecarga sobre a laje e, mesmo assim, permitem a passagem da águas pluviais, através de suas rachaduras. Para complicar ainda mais a patologia construtiva, ressaltamos a água depositada sobre a laje de forma sistemática, produzida pela condensação das tubulações e conexões, fruto do funcionamento dos próprios *Chillers*, criando um ambiente perenemente úmido. Dessa forma, a Divisão de Engenharia entende ser necessário e urgente a execução do serviço inicial de Deslocamento Vertical dos *Chillers* apoiado sobre estrutura metálicas de suporte, para que afastado do pavimento a uma distância de 1,00 metro de altura, permita, num segundo momento, a impermeabilização definitiva do pavimento do 5º Andar do Anexo II.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Trata-se da execução de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 10.520/02, c/c o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto nº 3.555/00 e parágrafo primeiro do artigo 2º do Decreto nº 5.450/05.

**3. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:**

Todas as especificações técnicas referentes aos serviços encontram-se nos documentos anexos.

**4. DADOS COMPLEMENTARES:**

**4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

Serão exigidos os seguintes documentos para Habilitação Técnica:

**4.1.1** Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

**4.1.2** Certidão de Acervo Técnico, fornecida pelo CREA, ou atestado devidamente registrado no referido Conselho, em nome do responsável(is) técnico(s) indicado(s) pelo licitante, **em que se comprove a execução de serviços de manutenção em equipamentos de ar condicionado tipo Chillers e execução de estrutura metálica.**

**4.1.3** Os profissionais indicados deverão ter vínculo com a proponente. O vínculo poderá ser societário (os profissionais integram o quadro societário da proponente – meio de prova – Contrato social), celetista (funcionário da proponente – meio de prova – C.T.P.S.) ou civil (contrato de prestação de serviços autônomos – meio de prova – Termo ou compromisso contratual).

**4.1.4** A empresa interessada poderá realizar visita às dependências do prédio Anexo II do Tribunal, a fim de conhecer a área onde serão realizados os serviços. Não será motivo de inabilitação da licitante, a não realização da visita, no entanto, implicará na aceitação tácita das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. O agendamento da visita poderá ser feito pelos telefones **(85) 33889453** ou **(85) 33889465**.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

**4.2 GARANTIA CONTRATUAL:**

Será exigida da CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, uma garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, atualizável nas mesmas condições daquele, podendo a CONTRATADA optar pelas modalidades de garantia previstas **no artigo 56 da Lei nº 8.666/93**.

**4.3 DO PREÇO:**

No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas com impostos, taxas, fretes, contribuições e outras que se fizerem necessárias, à plena e completa execução do objeto, inclusive a mobilização para a execução dos serviços.

**4.4 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

O prazo para execução dos serviços, objeto do contrato, será de **120 (cento e vinte)** dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pela Divisão de Engenharia para a CONTRATADA.

**4.5 LOCAL, HORÁRIO E DIAS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Os serviços serão executados no 5º andar do prédio anexo II deste Tribunal, situado a Rua Vicente Leite, Nº 1281 – Aldeota – Fortaleza / CE. Os serviços de demolições e retiradas de material deverão ser realizados em dias e horários pré-estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO. O horário normal dos serviços será de segunda a sexta das 7h30min às 18h30min. As atividades pertinentes ao contrato poderão ser realizados, extraordinariamente, fora do horário, desde que autorizado pela Divisão de Engenharia, juntamente com a divisão de Segurança e Transporte deste TRT, buscando reduzir os transtornos e permitir as atividades operacionais do Tribunal no expediente normal.

O contratado poderá subcontratar, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, os serviços de execução de estrutura metálica, retirada de entulho em contêineres, serviços de içamento dos equipamentos ou peças metálicas com o uso de talhas ou guindastes.

Caso a subcontratada seja microempresa ou empresa de pequeno porte, o limite máximo a ser subcontratado não poderá ser superior a 30% do valor licitado.

**4.6 PRAZOS DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:**

Executado o contrato, o seu objeto será recebido:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

a) **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e FISCALIZAÇÃO, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até cinco dias úteis da comunicação escrita da CONTRATADA;

b) **definitivamente**, por comissão, de no mínimo três servidores, designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até trinta dias contados do recebimento provisório, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

**4.6.1** Havendo pendência durante a vistoria, será necessária nova comunicação escrita da CONTRATADA, após solucionadas todas as falhas apontadas pela FISCALIZAÇÃO, os serviços serão considerados concluídos na data da última comunicação escrita da CONTRATADA, desde que não relacionadas pendências pela FISCALIZAÇÃO.

**4.6.2** O recebimento definitivo do objeto da contratação, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas ou atribuídas pela CONTRATADA, verificados posteriormente.

**5. FORMA DE PAGAMENTO:**

Os pagamentos serão efetuados em parcelas correspondentes às medições, conforme a execução dos serviços, na conta bancária fornecida pela empresa, em até 05 (cinco) dias úteis, após a apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo Fiscal Técnico do contrato, ocasião em que este Tribunal verificará a regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), com a Fazenda Estadual (para o caso de fornecimento de bens) e/ou Municipal (para o caso de prestação de serviços), com a Seguridade Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como, a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT).

**5.1** As medições terão periodicidades mínimas de 30 (trinta) dias, com exceção da última medição que será realizada quando da conclusão dos serviços.

**5.2** O pagamento referente à última medição ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos serviços.

**5.3** Os pagamentos da primeira medição de serviços, das medições de serviços intermediárias e da última medição de serviços, bem como o recebimento do objeto do contrato, estarão condicionados à apresentação dos seguintes documentos:



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

**5.3.1** Ofício de apresentação de Medição;

**5.3.2** Boletim de Medição;

**5.3.3** Relação mensal com o nome, RG, CPF e função do pessoal executante dos serviços;

**5.3.4** Certidão negativa de débitos federais;

**5.3.5** Certidão negativa de débitos estaduais;

**5.3.6** Certidão negativa de débitos municipais;

**5.3.7** Certidão negativa da dívida da união;

**5.3.8** Certidão negativa de débitos do INSS;

**5.3.9** Certidão negativa de débitos trabalhistas

**5.3.10** Garantia contratual atualizada, caso tenha expirado;

**5.3.11** Relatório de Andamento da Obra/Serviço de Engenharia contendo: Fotografias dos itens executados; Cronograma físico (Diagrama de Gantt) atualizado dos serviços, bem como, a justificativa para os eventuais atrasos.

**5.4** Além dos documentos elencados no item anterior, o pagamento da última medição de serviços está condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

**5.4.1** Termo de Garantia dos equipamentos e peças fornecidos;

**5.4.2** Relatório de Acidentes de Trabalho sintetizado contendo todas as CAT's (Comunicações de Acidente de Trabalho), quando houver, em anexo.

## **6. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**6.1** A fiscalização do contrato caberá ao Diretor da Divisão de Engenharia, o servidor Gustavo Daniel Gesteira Monteiro, nos impedimentos e/ou afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas pelo seu substituto automático servidor John Kennedy Vianna de Araújo.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

**6.2** A Administração poderá designar outro Fiscal, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à CONTRATADA, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

**6.3** Ao(s) Fiscal(is) Técnico(s) do contrato competirá: administrar a execução do mesmo, atestar a respectiva nota fiscal para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos, que porventura, venham a ocorrer.

**6.4** As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas pelo fiscal do Contrato, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

**6.5** O fiscal do contrato deverá enviar ao Setor de Contratos o recebimento definitivo final do objeto contratado, por meio do envio de cópia do respectivo termo.

**6.6** A ação de FISCALIZAÇÃO não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

**6.7** As informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada poderão ser prestados pelo fiscal do contrato através dos telefones (85) 33889453 ou (85) 33889465.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1** Empregar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados.

**7.2** Atender ao chamado do CONTRATANTE para recebimento da Ordem de Serviço no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação, por escrito.

**7.3** Iniciar a prestação dos serviços contratados imediatamente ou em até 5 dias após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

**7.4** São condições para iniciar os serviços a apresentação da “Ordem de Serviço”, devidamente preenchida e assinada pelo Fiscal do Contrato, e da documentação abaixo:

**7.4.1** Relação de funcionários que executarão os serviços, acompanhada do respectivo número de documento de identificação;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

- 7.4.2** Cópia das Carteiras de Trabalho de todos os funcionários supracitados;
- 7.4.3** Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os profissionais envolvidos nos serviços;
- 7.4.4** Entregar a ART referente aos serviços contratados, devidamente registrados no CREA;
- 7.4.5** Cronograma de execução dos serviços ajustado às técnicas a serem empregadas pela CONTRATADA e o respectivo Diagrama de Gantt.
- 7.5** Manter, durante toda a execução do contrato, no local de trabalho, Diário de Obra/Livro de Ocorrências para os registros cabíveis, em três vias.
- 7.5.1** A ausência do Diário de Obra no local dos serviços (ou de folhas para anotação) configurará inexecução contratual e sujeitará a CONTRATADA à penalidade do item 9.2, alínea “d”.
- 7.5.2** Deverá ser utilizado como folha padronizada do Diário de Obra o modelo disponibilizado no Anexo VII deste Termo. O arquivo em formato *Excel*, original para impressão será disponibilizado pela FISCALIZAÇÃO.
- 7.6** Manter, durante toda a execução do contrato, no local da obra, no mínimo, uma via completa de todo o Termo de Referência e seus Anexos para consulta, para o rápido saneamento das dúvidas da mão de obra envolvida.
- 7.7** Entregar os serviços nas quantidades, forma, prazo e locais estabelecidos neste Termo de Referência e seus Anexos.
- 7.8** Entregar o local destinado à instalação dos serviços devidamente limpo, livre de resíduos e com os reparos necessários.
- 7.9** Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou de materiais inadequados empregados.
- 7.10** Cientificar, imediatamente por escrito, a execução dos serviços, para que seja efetivado o recebimento provisório.
- 7.11** Responder por perdas e danos que vierem, comprovadamente, causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da ação ou omissão dolosa ou culposa de seus empregados ou prepostos.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

**7.12** Fornecer os materiais e/ou equipamentos, bem como mão-de-obra necessária à execução dos serviços.

**7.12.1** Deverão ser fornecidos a todos os funcionários da CONTRATADA, os devidos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), conforme a função de cada um. O descumprimento desta exigência implicará na aplicação da sanção cabível.

**7.13** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras que forem devidas e resultantes da execução dos serviços.

**7.14** Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

**7.15** Não executar, sem devida autorização, por escrito, pelo fiscal do contrato, os serviços decorrentes de fatores não previstos ou somente evidenciados durante o transcorrer dos mesmos.

**7.16** Apresentar ao Fiscal do Contrato os materiais que, eventualmente, possam ser reaproveitados pela administração em outros serviços.

**7.17** Responsabilizar-se pela guarda do material utilizado na execução dos serviços, não recaindo sobre o CONTRATANTE, qualquer responsabilidade por perdas, danos, extravios etc.

**7.18** Aceitar os acréscimos ou supressões sobre o objeto do Contrato, nos limites da Lei nº 8.666/93.

**7.19** Promover, durante a jornada de trabalho de todos os empregados disponibilizados para a prestação dos serviços, a capacitação sobre Saúde e Segurança do Trabalho, com ênfase na prevenção de acidentes, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, nos termos da Resolução número 98, de 22/04/2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

**7.20** Aplicar, no que couber, os critérios de sustentabilidade previstos na resolução CSJT número 103/2012.

## **8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1** Emitir Ordem de Serviço e Nota de Empenho.





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

**8.2** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais.

**8.3** Atestar a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para efeito de medições de serviços e de pagamento.

**8.4** Efetuar o pagamento à contratada nas condições e preços pactuados.

**8.5** Viabilizar os aditivos contratuais quando necessário.

**8.5.1** Somente serão incluídos em aditivos, acréscimos de serviços devidamente comprovados, através da apresentação de relatório circunstanciado e documentação *As Built*, quando necessário.

**8.6** Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato, cabendo registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário, à regularização das falhas, faltas ou impropriedades.

**8.7** Disponibilizar local seguro para guarda de materiais objeto da presente contratação.

## **9 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** O atraso injustificado no atendimento à convocação para recebimento da Ordem de Serviço ou na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no percentual de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, calculada sobre o valor do contrato.

**9.2** Além da sanção prevista no item 9.1, a CONTRATADA poderá incorrer nas seguintes penalidades:

a. ADVERTÊNCIA;

b. MULTA, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do Contrato por culpa da Contratada;

c. MULTA, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, nas hipóteses de inexecução total;

d. MULTA, no percentual de 1% (um por cento), calculada sobre o valor total do contrato, para os demais casos de descumprimento contratual;



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

**9.3** A CONTRATADA estará sujeita ainda a outras sanções administrativas, conforme a modalidade de Licitação a ser adotada.

**9.4** A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou *e-mail*.

**10. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS**

A garantia mínima para os serviços prestados para esse contrato é de, no mínimo, seis meses, para as pinturas nas estruturas metálicas, e cinco anos para as estruturas metálicas e para as reinstalações dos Chillers, contados do recebimento definitivo.

**11. VALOR ESTIMADO TOTAL DA DESPESA**

O valor estimado para esse serviço é de **R\$ 223.397,80 (duzentos e vinte e três mil, trezentos e noventa e sete reais e oitenta centavos)**, conforme planilha orçamentária, parte integrante deste Termo de Referência, em anexo.

**12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** A despesa decorrente desta contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Regional.

**13. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS DOIS EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQUENTES:** Não haverá.

**14. DOS ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA**

São partes integrantes deste Termo de Referência, os seguintes anexos:

**14.1** Especificações Técnicas dos Serviços de Engenharia – Anexo I;

**14.2** Peças Gráficas – Anexo II;

**14.3** Planilhas Orçamentárias – Anexo III;

**14.4** Modelo de planilha de composição dos Encargos Sociais incidentes sobre mão-de-obra horista – Anexo IV;



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

**14.5** Modelo de planilha de composição da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) - Anexo V;

**14.6** Cronogramas Físico-Financeiros – Anexo VI ;

**14.7** Modelo padronizado de Diário de Obras e Planilha de Epi Padrão – Anexo VII.

Fortaleza, 25 de Abril de 2013.

**Eng.º Civil PAULO BRASILEIRO PIRES FREIRE**  
**Analista Judiciário TRT 7ª Região**

*De acordo.*

*À SAOF para a tomada das providências necessárias.*

---

**Eng.º Civil GUSTAVO D. G. MONTEIRO**